



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Presidência

## ATA DE REUNIÃO

63.01.01.01

### ATA da 736ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 26/06/2025

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a septingentésima trigésima sexta Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do Inea (Condir), na forma instituída pelo Decreto Estadual nº 48.690 de quatorze de setembro de dois mil e vinte e três, republicado no Diário oficial de vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três por incorreções. Estavam presentes os Senhores Conselheiros: Juliana Lucia Ávila, Diretora de Licenciamento Ambiental (DIRLAM), no exercício da Presidência do Conselho; Carlos Alberto Couto da Silva Junior, Gerente de Gestão e Resultados, representante da Diretoria da Vice-Presidência (VICEPRES); Vitor Emanuel da Silva Nacif, Assessor Técnico, representante da Diretoria das Superintendências Regionais (DIRSUP); Mariana Palagano Ramalho Silva, Coordenadora, representante da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIRBAPE); Máira Vieira Zani, Diretora Adjunta de Licenciamento Ambiental (DIRLAM); Juliana Maria Galvão Szymanski, Assessora, representante da Diretoria de Pós-Licença e Fiscalização Ambiental (DIRPOS); Raul Marques Fanzeres, Diretor de Recuperação Ambiental (DIRRAM); Cauê Bielschowsky, Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DIRSEQ); e José Antônio Paulo Fonseca, Diretor Executivo e de Planejamento (DIREX). **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, a Diretora da Dirlam no exercício da Presidência do Conselho, na forma prevista no art. 10, §4º, do Decreto nº 48.690/2023, cumprimentou a todos e deu início à reunião. **II. SEI-070002/010785/2025 – S A J Empreendimentos e Participações Patrimoniais Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto à ratificação ou à suspensão da medida cautelar de embargo de obras e outras intervenções na área objeto da autorização ambiental nº IN004311, tendo em vista a anulação da Licença supracitada, na 764ª Reunião do Condir, em 27/02/2025. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional de Dois Rios (SUPRID), o Conselho Diretor ratificou o embargo cautelar. **III. SEI E-07/002102420/2018 – Harolpel Indústria de Papéis Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração COGEFISEAI/00152034 (penalidade: suspensão parcial ou total das atividades). **Decisão:** Processo retirado de pauta a pedido do representante da DIRSUP, para manifestação da procuradoria quanto à documentação apresentada pelo autuado. **IV. SEI-070002/012973/2025 – S L H Serviços Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto à ratificação ou à suspensão da medida cautelar de suspensão parcial ou total das atividades de armazenamento de água oriunda de fonte alternativa (poço) devido a falta de regularização junto ao Inea, com base no artigo 29 da Lei Estadual 3467/00. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional Baía Guanabara (SUPBG), o Conselho Diretor ratificou a suspensão total cautelar das atividades de armazenamento de água oriunda de fonte alternativa (poço). **V. SEI E-07/002.4391/2015 – Colnorte Coleta de Resíduos Ltda.-Me. Requerimento:** Deliberar quanto ao recurso ao Auto de Infração COGEFISEAI/00151060 com penalidade de multa simples no valor de R\$ 27.538,55. **Decisão:** Conforme considerações da representante da DIRPOS e Parecer da Procuradoria do Inea nº 37/2023/INEA/GERDAM (Parecer nº 06/2023-MMB), o Conselho Diretor indeferiu o recurso apresentado, mantendo a multa. **VI. SEI E-07/002.780/2020 – Rafa Vianna Transporte Rodoviário de Cargas e Distribuição de Água Ltda. - EPP. Requerimento:** Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração COGEFISEAI/00155289 (penalidade: suspensão parcial ou total das atividades). **Decisão:** Conforme considerações da representante da DIRPOS, Manifestação Técnica Instrumento Contr. Amb. TPG nº 001/2023 de 27/02/2023 e Parecer da Procuradoria do Inea nº

41/2023/INEA/GERDAM (Parecer n.º 7/2023 – VMMS – GERDAM/INEA), que esclareceram que: (i) em 06/05/2020, foi lavrado o Auto de Infração COGEFISEAI/00155289, de suspensão parcial ou total das atividades, por derivar de fonte alternativa de recursos hídricos sem possuir a outorga de direito de uso; (ii) em 19/08/2020, ou seja, de maneira tempestiva, o autuado apresentou defesa alegando ter processo de Outorga aberto junto ao órgão (PD-07/014.1395/2019), solicitando, assim, cancelamento do mencionado Auto; (iii) de acordo com as alegações do autuado, a empresa sempre deteve Outorga e o pedido de renovação teria sido feito tempestivamente, fato que corroboraria para o deferimento da defesa apresentada; e (iv) a Procuradoria concluiu que: (a) tendo em vista a ausência de indicação precisa da data em que a empresa foi intimada do auto de infração lavrado pelo INEA e, a fim de evitar o prejuízo à autuada, a impugnação apresentada (20382283) em 02/08/2021 é considerada presumidamente tempestiva; (b) considerando a legislação estadual em vigor, verifica-se que os atos praticados no presente processo estão em consonância com as normas sobre competência e procedimento; (c) no âmbito do processo administrativo ambiental do Estado do Rio de Janeiro a suspensão parcial ou total da atividade poderá ser aplicada como “sanção administrativa”, fundamentada no § 7º do art. 2º da Lei estadual n.º 3.647/2000 ou como “medida cautelar”, com fulcro no art. 29 da mesma lei; (d) o Relatório de Vistoria n.º 66/2020 (21540516 – fl.6/10) não constatou qualquer risco iminente de dano ambiental ou de difícil reparação. Deste modo, entende-se que foi acertada a aplicação da sanção administrativa de suspensão parcial ou total da atividade, visto que a empresa operava com a outorga de direito de uso de recursos hídricos vencida; e (e) durante a apuração da infração ambiental foi emitida a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos – OUT N.º IN009397. Nesta esteira, conclui-se pela perda de objeto da sanção aplicada, visto a impossibilidade de aplicação definitiva da penalidade; o Conselho Diretor deferiu a impugnação apresentada e determinou a anulação do Auto de Infração COGEFISEAI/00155289. **VII. SEI-070002/006043/2020 – Mineração e Comércio Califórnia Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração COGEFISEAI/00155664 (penalidade: interdição do estabelecimento). **Decisão:** Conforme considerações da representante da DIRPOS e Parecer da Procuradoria do Inea n.º 69/2023/INEA/GERDAM (Parecer n.º 11/2023 – VMMS – GERDAM/INEA), o Conselho Diretor decidiu não conhecer a impugnação apresentada devido à sua intempestividade, mantendo a interdição. **VIII. SEI E-07/515084/2012 – Barros e Bazilio Comércio de Metais e Reciclagem Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto ao recurso ao Auto de Infração COGEFISEAI/00143848 com penalidade de multa simples no valor de R\$ 2.905,76. **Decisão:** Conforme considerações da representante da DIRPOS, o Conselho Diretor: (i) indeferiu o recurso apresentado, mantendo a multa; (ii) é favorável ao pedido de conversão da multa, que deverá ainda ser submetido ao Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade; e (iii) determinou o encaminhamento dos presentes autos ao Serviço de Termos de Ajustamento de Conduta (Servtac) para os trâmites de conversão de multa nos termos da Resolução Conjunta Seas/Inea n.º 57/2021 e do Decreto Estadual n.º 47.867/2021. **IX. SEI E-07/002.13464/2013 – Transporte Mageli Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto ao recurso ao Auto de Infração COGEFISEAI/00145313 com penalidade de multa simples no valor de R\$ 5.572,84. **Decisão:** Conforme considerações da representante da DIRPOS e Parecer da Procuradoria do Inea n.º 84/2023/INEA/GERDAM, o Conselho Diretor indeferiu o recurso apresentado, mantendo a multa. **X. SEI E-07/002.10726/2017 – Romerio Pires de Aguiar. Requerimento:** Para ciência da perda da eficácia do Auto de Infração SUPLAJEAI/00148918 (penalidade: multa simples no valor de R\$ 2.127,20), considerando a incidência da prescrição intercorrente. **Decisão:** Conforme Manifestação.INEA/GERDAM SEI N.º 119 (Manifestação n.º 119/Inea/Proc/Gerdam (TZC n.º 01/2025)) e manifestação da representante da DIRPOS no momento da reunião, informando que será instaurado processo para acompanhamento de dano ambiental, o Conselho Diretor: (i) tomou ciência da perda da eficácia do Auto de Infração SUPLAJEAI/00148918; e (ii) indicou que a DIRPOS: (a) encaminhe os autos à Corregedoria do Inea para apuração de eventual responsabilidade funcional decorrente da prescrição constatada e (b) notifique a empresa autuada sobre a prescrição, a presente decisão e a abertura do processo de apuração de dano (informando, inclusive, o número do processo). **XI. SEI-070002/012245/2025 – Fernando Gouveia de Holanda. Requerimento:** Deliberar quanto ao pedido de licença sem vencimentos do servidor, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 04/07/2025 a 03/07/2027. **Decisão:** Solicitação aprovada conforme considerações da equipe técnica da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COOGEP). **XII. SEI-070002/000970/2025. Requerimento:** Deliberar quanto à doação de 01 (uma) TV 50" Philips UHD 4K 50PUG7019/78 HDMI/USB pela empresa 45.988.729 Daniel de Abreu Ferreira, destinado ao Parque Estadual dos Três Picos. **Decisão:** Solicitação aprovada conforme considerações da equipe técnica da DIREX. **XIII. SEI-070002/019505/2023 – Andrissull Gestões Ltda. (atual denominação da empresa Andrissull Transportes Ltda.). Requerimento:** Para ciência da indicação pela Seas da servidora Cynthia Chagas Meireles da Silva, como coordenadora do Termo de Ajustamento de Conduta de Conversão de

Multa sem Ajuste de Cessação e/ou Reparação de Dano Ambiental (TACCM.INEA.05/2025), celebrado em 13/06/2025, entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e a empresa Andrissull Gestões Ltda. (atual denominação da empresa Andrissull Transportes Ltda.). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica do Serviço de Termos de Ajustamento de Conduta (SERVTAC), o Conselho Diretor tomou ciência da indicação. **XIV. SEI-070002/022215/2024. Requerimento:** Para ciência da proposta de Portaria INEA/PRES que atualiza a Comissão Permanente de Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da COOGEP, os servidores a seguir foram indicados para compor a referida Comissão: (i) Presidência: Lauro Souza Teixeira Alonso, id. funcional 4461415-2, como titular; e Ingrid Rosa do Espírito Santo, id. Funcional 4359385-2, como suplente; (ii) Vice-Presidência: Carlos Alberto Couto da Silva Junior, id. funcional 4347782-8, como titular; e Mário Rogério Léste, id. Funcional 4347984-7, como suplente; (iii) Diretoria Executiva e de Planejamento: Thaís da Costa Ferreira, id. funcional 4348059-4, como titular; e Vinícius Duarte Mendes, id. Funcional 4359517-0, como suplente; (iv) Diretoria de Licenciamento Ambiental: Maíra Vieira Zani, id. funcional 4465325-5, como titular; e Fabiane Martins Borges Pizoni, id. Funcional 4347939-1, como suplente; (v) Diretoria de Pós-Licença e Fiscalização Ambiental: Natália Rodrigues Gomes, id. funcional 4366953-0, como titular; e Sandra Cristina Pinheiro da Silva, id. Funcional 4261467-8, como suplente; (vi) Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas: Vanessa Conceição Coelho Teixeira, id. funcional 4374318-8, como titular; e Renata da Matta dos Santos, id. Funcional 4276575-7, como suplente; (vii) Diretoria de Recuperação Ambiental: Vanessa Guerra Peixoto, id. funcional 4461241-9, como titular; e Jorge Luiz Coutinho Marcucci, id. Funcional 5119043-5, como suplente; (viii) Diretoria das Superintendências Regionais: Renato Stefani Massa, id. funcional 4348015-2, como titular; e Laila Huttner Bekai, id. Funcional 4462355-0, como suplente; (ix) Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental: Milena Alves da Silva, id. funcional 4347968-5, como titular; e Rafael Barbosa Campos, id. Funcional 4461228-1, como suplente; (x) Associação dos Servidores do INEA (ASINEA): Décio da Silva Bastos Junior, id. funcional 2148286-1, como titular; e Washington de Oliveira Silva, id. Funcional 1934885-1, como suplente; A Coordenação da Comissão ficará sob a responsabilidade da servidora Thaís da Costa Ferreira, id. funcional 4348059-4, que poderá ser substituída em suas ausências pelo servidor Vinícius Duarte Mendes, id. funcional 4359517-0. O Conselho Diretor tomou ciência da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e determinou o envio a Procuradoria do Inea para manifestação quanto a obrigatoriedade ou possibilidade da participação do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (SINTSAMA) na referida comissão. **XV.** Face à discussão sobre os processos de recurso, impugnação e prescrição, que tenham o mesmo entendimento entre as áreas técnicas e a Procuradoria do Inea, não será necessário ser feito uma apresentação sobre o caso, o Conselho Diretor atestou ser favorável e a decisão seguirá conforme o Parecer da Procuradoria, devendo ser pautado no CONDIR para ciência do conselho e eventuais questionamentos. **XVI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Diretora da DIRLAM no exercício da Presidência do Conselho agradeceu a participação de todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ela e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Emanuel Pimentel Nacif, Assessor Técnico**, em 27/06/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cauê Bielschowsky, Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental**, em 27/06/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Palagano Ramalho Silva, Coordenadora**, em 27/06/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Maria Galvão Szymanski, Assessora**, em 27/06/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Couto da Silva Junior, Gerente**, em 27/06/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Vieira Zani, Diretora Adjunta de Licenciamento Ambiental**, em 27/06/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Marques Fanzeres, Diretor**, em 27/06/2025, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antônio Paulo Fonseca, Diretor**, em 27/06/2025, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Lucia Avila, Presidente do CONDIR em exercício**, em 27/06/2025, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **103451373** e o código CRC **2B082475**.